

Grupo quer acesso à área científica

BRASÍLIA — O grupo de Brasília da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais deverá propor a criação, na nova Constituição, de mecanismos para que o Poder Legislativo e a sociedade participem e tenham acesso a informações sobre os programas científicos e tecnológicos do País. Esta semana, o grupo discutiu questões ligadas à área e ouviu uma exposição do Superintendente de Desenvolvimento de Ciências Básicas do CNPq, Ubirajara Brito, sobre a política de informática, a ecologia, a proteção do espaço aéreo brasileiro e recursos naturais.

O Professor Joaquim Falcão, integrante da Comissão, disse que a idéia predominante nas discussões foi o desenvolvimento da ciência e da tecnologia em defesa da soberania nacional. A exposição de Ubirajara Brito fez parte do programa do grupo de convidar interlocutores de alto nível para um levantamento das questões que deverão ser tratadas na Constituição. O escritor Jorge Amado — que não é do grupo de Brasília mas estava na cidade — comentou, ao final dos debates, ter aprendido muito.

Com o representante do CNPq, o grupo discutiu questões de nível constitucional e de legislação ordinária, como a necessidade da reserva de mercado para informática e do desenvolvimento de tecnologia brasileira. A ética profissional de médicos e cientistas, sobretudo em relação a transplantes, também foi abordada.